

Lei Ordinária nº 438/1968

Cria o Fundo Municipal de Saneamento e dá outras providências.

Prefeito Municipal de Camapuã, Faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte lei:

Publicada em 08 de setembro de 1968

Art. 1º.

Fica constituído um fundo, de natureza contábil, denominado Fundo Municipal de Saneamento -FMS.

- **Art. 2º.** O FMS será destinado para a realização de estudos, projetos, construção, reforço e ampliação dos serviços de abastecimento de água potável e sistemas de esgotos sanitários do Município de Camapuã, através de entidade instituída especialmente para atingir os objetivos previstos neste artigo.
- **Art. 3º.** Os recursos do FMS, exceto os bens patrimoniais, poderão ser aplicados como garantia e na amortização dos fins mencionados no artigo 2º desta lei.

Art. 4º. O FMS será constituído de:

- I Bens patrimoniais por doação e por imobilização de recursos;
- II Outros recursos:
- a) 5% (cinco por cento) no mínimo, da receita de impostos;
- **b) -** 5% (cinco por cento) no mínimo, da quota do Fundo de Participação dos Municípios, quotas estas atribuídas ao Município;
- c) Dotações do Orçamento Municipal e de créditos adicionais a obras e serviços de água e esgotos sanitários municipais;
- d) juros de recursos do Fundo depositados em estabelecimentos bancários;
- **e)** recursos não reembolsáveis, provenientes da União, do Estado e de outras fontes, destinados a obras e serviços de água e esgotos sanitários municipais;
- f) das taxas de contribuição com os serviços de água e esgotos.

Parágrafo único. - O poder Executivo fica autorizado a fixar, nas propostas orçamentárias, o limite máximo da porcentagem mencionadas nas alíneas a ou b, a fim de atender as necessidades de amortização de empréstimos, previstos no artigo 3º.

Art. 5º. Os recursos do FMS serão recolhidos a um estabelecimento de crédito idôneo, preferencialmente ao Banco do Estado de Mato Grosso S/A, em conta especial denominada Fundo Municipal de Saneamento – FMS, à conta da entidade prevista no artigo 2º, na forma da lei que a instituir.

Art. 6º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Camapuã, 8 de setembro de 1968.

Pedro Catarino da Costa

Prefeito Municipal